

O TRANSFEMINISMO NÃO É UM GENDERISMO¹

El Transfeminismo no es un Generismo

Sayak VALENCIA

Colegio de la Frontera Norte

sayak.valencia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3041-8240>

Tradução de Gabriel Camargo ONESKO

Universidade Federal do Paraná

gabrielonesko@gmail.com

<https://orcid.org/000-0002-4705-110X>

RESUMO: Neste trabalho, revisa-se e discute-se como os transfeminismos são movimentos em rede que, ante a surgimento de uma violência necropolítica contra as mulheres cis e trans e xs sujeitxs feminilizados, consideram os estados de trânsito de gênero, de migração, de mestiçagem, de vulnerabilidade, de raça e de classe como transversais para fazer alianças emancipatórias ante a violência cis-hétero-patriarcal e racista. Dessa forma, os movimentos transfeministas surgem com o objetivo de criar espaços e campos discursivos para todas as práticas e sujeitos que estão fora ou que se desvinculam fortemente da reconversão neoliberal dos aparatos críticos dos feminismos, reconversão que hoje conhecemos como políticas de gênero biologicistas ou políticas de mulheres cis. Por esse motivo, o transfeminismo tem como principal objetivo repolitizar e des-essencializar os movimentos feministas g-locais, em contrapartida ao discurso governamental e das ONGs que capturam e padronizam a linguagem dos feminismos e a usam como estratégia de desativação política dos movimentos feministas, reduzindo-os a uma crítica engessada que é reapropriada pelo mercado e o Estado neoliberal. **PALAVRAS-CHAVE:** Necropolítica; Neoliberalismo; Transfeminismos; Transexclusionismo.

RESUMEN: En el presente trabajo se revisa y discute cómo los transfeminismos son movimientos en red que, ante la emergencia de vio-

¹ Publicação original: VALENCIA, Sayak. El transfeminismo no es un generismo. *Pléyade*, Santiago, n. 22, dezembro 2018, p. 27-43.



lencia necropolítica contra las cis y trans-mujeres y lxs sujetxs feminizados, consideran los estados de tránsito de género, de migración, de mestizaje, de vulnerabilidad, de raza y de clase como transversales para hacer alianzas emancipatorias ante la violencia cis-heteropatriarcal y racista. Así, los movimientos transfeministas surgen con el fin de abrir espacios y campos discursivos a todas aquellas prácticas y sujetos que quedan fuera o se deslindan enérgicamente de la reconversión neoliberal de los aparatos críticos de los feminismos, reconversión que hoy conocemos como políticas de género biologicistas o políticas de cis-mujeres. Por este motivo, el transfeminismo tiene como principal objetivo repolitizar y des-esencializar a los movimientos feministas g-locales, en contraofensiva al discurso gubernamental y de las ONGs que capturan y estandarizan el lenguaje de los feminismos y lo usan como estrategia de desactivación política de los movimientos feministas, reduciéndolos a una crítica ortopédica que es reapropiada por los circuitos del mercado y el estado neoliberal. **PALABRAS-CLAVE:** Necropolítica; Neoliberalismo; Transfeminismos; Trans-exclusionismo.

“Estábamos en ese tiempo en que cualquier acontecimiento cotidiano era precedido por la muerte. Estábamos en ese tiempo en que las victorias se obtenían según la cantidad de (...) asesinados”.
(Angélica Liddell)

“El movimiento feminista debe ser un movimiento de sobrevivientes. Un movimiento con un futuro”.
(Cherríe Moraga)

É com grande preocupação que presencio o aumento das taxas de feminicídio e transfeminicídio na América Latina e em todo o mundo. Hoje, no México, a cada quatro horas, uma menina, uma jovem ou uma mulher adulta é assassinada. A nós mulheres, nos matam com ódio, com requintes de crueldade. Algumas das causas de morte que descrevem os meios de comunicação e a mídia internacional são: “mutilação, asfixia, afogamento, enforcamento ou ainda degoladas, queimadas, esfaqueadas, ou por disparos com armas de fogo” (MUEDANO, 2017). A nós mulheres, nos matam, abusam, nos

exibem e nos eliminam do mundo com raiva, com ódio patriarcal, com injúria social e vantagem jurídica².

Quanto às mulheres trans e que apresentam diversidade de gênero, não somente as matam como mulheres, com uma crueldade sexual extravagante, mas também as matam socialmente por desobedecer à ordem biologicista de resignar-se a viver em um corpo cujo gênero foi designado ao nascer e com o qual já não se identificam, apagando-as do mapa conceitual do possível e do enunciável. Até agora, neste ano, o Observatório de Pessoas Trans Assassinadas registrou “325 casos de homicídios de pessoas trans e gênero-diversas” (TRANSRESPECT, 2017).

Começo esse texto recordando o número de mulheres mortas para falar do estado de emergência e do contexto necropolítico e necroadministrativo no qual nós, mulheres trans, mulheres cisgênero e outras minorias, sobrevivemos. Lembro-me da morte porque, desafortunadamente, parece ser o laço que une todos os corpos dissidentes. Menciono a morte como centro persistente da organização e propagação da modernidade-colonialidade ocidental, a morte como uma espécie de tecnologia civilizatória que persiste até nossos dias e conecta o contexto atual com a intermitência colonial. Mais ainda, a morte como dispositivo dinamizador da necropolítica e o expólio continuado em nossos territórios e corpos.

Dessa maneira, a violência e a morte surgem como elementos comuns da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008), cuja consequência radical é justamente a eliminação de populações potencialmente indomáveis, populações cujas intersecções desmontam o dimorfismo sexual e desnaturalizam as opressões. Como afirma María Lugones, “a raça não é mais mítica nem mais fictícia que o gênero, ambas são ficções poderosas” (LUGONES, 2008, p.94). Nesse contexto, a necessidade de criar alianças entre os movimentos feministas é urgente, pois estamos na era onde os atos políticos parecem ter sentido somente na forma *post-mortem*, na qual a principal reivindicação feminista é não ser assassinada, tal como mostram os movimentos transnacionais representados nas redes sociais virtuais através das *hashtags* #NiUnaMenos e #VivasNosQueremos, e onde as ferramentas e discursos de nossas lutas são expropriados pela face agradável

² Argumento isso com base na criminalização constante a que são submetidas as mulheres afetadas pela violência sexual. Um exemplo disso é o julgamento realizado na Espanha, em novembro de 2017, no qual a vítima foi violentada diversas vezes no julgamento por abuso sexual realizado por cinco indivíduos que pertenciam a um grupo que se autodenominava *La Manada*. O julgamento resultou em muitas críticas por parte de organizações feministas e de direitos humanos, já que os advogados e magistrados que estavam no caso decidiram não considerar como evidência um vídeo que mostrava literalmente a violação coletiva da mulher, executada pelos acusados, e no qual seus rostos estavam visíveis e eram reconhecíveis.

das *democracias fascísticas*³ por meio da mercantilização cosmética de nossas demandas políticas. Nesse espaço social de convergência entre mercados e protestos, a necropolítica se expande como constitutivo externo (BUTLER, 2001) que nos cerca e quer deixar-nos inertes e segregadxs.

Digo a palavra morte e estremeço, estremeço por estar em um país cheio de mortxs e desaparecidxs. Digo a palavra morte e então surge a palavra feminismos como um dos bastiões que ainda fazem sentido para pensar em políticas da vida e da sustentabilidade em face desse cis-tema binário, hetero-patriarcal e necro-liberal⁴. Entretanto, usar a palavra feminismos não é um simples ato, verbalizar feminismos é falar de múltiplas correntes, perspectivas históricas, estratégias situadas, localizações, experiências vividas e visões de mundo a nível político e pessoal que não podem agarrar-se ou padronizar-se a uma versão definitiva. Quem sabe seja nessa dificuldade para padronizar-se que se encontra a sobrevivência dos movimentos feministas.

A dificuldade para nomear os femininos de maneira definitiva, deve-se, sem dúvida, à sua potência: o fato de que não possuam um só nome, mas múltiplos sobrenomes, ativa suas estratégias e transforma-os em um movimento reticular, cheio de processos e ações situadas estrategicamente. Não obstante, parece que os sobrenomes do feminismo que estão se popularizando entre os jovens, e de maneira transnacional, são o feminismo neoliberal e o feminismo radical transexcludente. É justamente sobre esses dois pontos que o presente texto dará ênfase partindo de uma perspectiva transfeminista.

DIZER-SE (TRANS) FEMINISTA

O enfoque deste trabalho parte da perspectiva transfeminista, entendida como uma ferramenta epistemológica que não se reduz à incorporação do discurso transgênero ao feminismo, nem se propõe como uma forma de superação dos feminismos. Mais do que isso, trata-se de uma rede que considera os estados de trânsito de gênero, de migração,

³ Esse conceito está fundamentado em um cruzamento de leituras entre o que Zillah Eisenstein denomina como “democracias fascistas” (ver “La administración Bush utiliza mujeres para hacer la guerra”, *Feministas Tramando* (2012), acesso em julho de 2017, disponível em <https://feministastramando.wordpress.com/2012/10/24/entrevista-con-zillah-eisenstein-laadministracion/>) e o *capitalístico* proposto por Félix Guattari e Suley Rolnik em *Micropolítica. Cartografías del deseo* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2006). Nesse sentido, por democracias fascísticas entendemos um regime de governo neoliberal no qual é possível identificar a ideologia fascista e suas técnicas de destruição e violência, encobertas através de formas de percepção estética que tornam a violência um ícone comercializável, apresentando-a como inócua e cosmética.

⁴ Com necro-liberalismo refiro-me ao uso de técnicas necropolíticas aplicadas pelo regime capitalista neoliberal para gerar capital econômico, político ou social, por meio da violência e da morte.

de mestiçagem, de vulnerabilidade, de raça e de classe para articulá-los como herdeiros da memória histórica dos movimentos sociais de insurreição. Isso com o objetivo de criar espaços e campos discursivos a todas as práticas e sujeitos da contemporaneidade e das minorias que não são consideradas de maneira direta pelo feminismo hétero-branco-biologicista e institucional, ou seja, aqueles sujeitos que ficam de fora ou que se desligam fortemente da reconversão neoliberal dos aparelhos críticos dos feminismos, o que conhecemos hoje como políticas de gênero ou “políticas de mulheres”. Políticas públicas do expólio, que *neoliberalizam* e reduzem a luta política dos feminismos aos “temas e diretrizes de um feminismo eminentemente mulheril, pragmático e reformista, transformado em presa do maquinário estatal e sua linguagem técnico-administrativa” (FLORES, 2017, p.36).

Em face desse cenário, o transfeminismo tem como principal objetivo repolitizar e desessencializar os movimentos feministas g-locais, em contrapartida ao discurso governamental e das ONGs que usam como estratégia de desativação política a captura e padronização da linguagem dos feminismos, reduzindo-os a um tipo de crítica engessada que é reapropriada pelo mercado e pelo Estado como gestores das coreografias sociais de gênero através do *purplewashing*.

O *purplewashing* é uma técnica de apropriação na qual os argumentos do feminismo são usados para fazer leituras simplistas, desdenhosas ou moralizantes de certas práticas de reapropriação corporal realizadas por mulheres racializadas ou de classe baixa. Brigitte Vasallo (2016), autora do termo, define-o como:

O processo de instrumentalização das lutas feministas com o fim de legitimar políticas de exclusão contra populações minorizadas, normalmente de caráter racista. A contradição que resulta disso é que nessas populações minorizadas também há mulheres. É um termo que deriva do *pinkwashing*, amplamente desenvolvido por Jasbir Puar ou Dean Spade, e que marca a instrumentalização bélica dos direitos das populações lésbicas, gays, trans e bissexuais (LGBTQIA+), ao mesmo tempo em que gera uma identidade nacionalista ao redor do (suposto) respeito a esses direitos.

Diante disso, o transfeminismo tem sentido em um contexto no qual o capitalismo não deixou de ser um sistema econômico, mas se diversificou até instaurar-se como uma construção cultural biointegrada (VALENCIA, 2010, p.50), na qual a organização do regime biopolítico e psicopolítico (VALENCIA; SEPÚLVEDA, 2016) torna-se fundamental para a neoliberalização do mundo contemporâneo. Esta neoliberalização, que também alcançou o feminismo, trabalha com a produção da “desmobilização dos

ambientes de luta” (CASTILLO, 2016, p.89). Para o neoliberalismo atual, a produção de subjetividade capitalística (FÉLIX; ROLNIK, 2006) é tão rentável quanto os hidrocarbonetos, e nela a violência exacerbada contra as populações civis (especialmente entre aquelas detentoras de interseções que contradizem as ordens do binarismo sexual, racial, de gênero, classe ou de diversidade funcional) se transforma também em uma ferramenta de controle econômico, social, cultural e político por meio do exercício deliberado do massacre em contextos de *ensulção*⁵ no norte global e nos ambientes do sul geopolítico.

Diante disso, é urgente que nos situemos por meio dos diferentes feminismos, para criar uma frente comum, pois, como disse Audre Lorde (1988, p.91) nos anos oitenta, “sem comunidade não há libertação”; mais ainda, sem comunidade há somente um “armistício temporal entre o indivíduo e sua opressão” (LORDE, 1988, p.91). Desse modo, é necessário retomar o projeto de criar um bem comum, que leve em conta que “estar em comunidade não significa abandonar nossas diferenças, nem o patético pretexto de que as diferenças não existem” (LORDE, 1988, p.91). Pelo contrário, a criação de um bem comum que se baseia em uma atitude de autocrítica e de redefinição, em que se coloquem sobre a mesa não só os diversos temas que preocuparam os primeiros feminismos (igualdade de direitos e acesso à cidadania), mas também os novos feminismos (sexismo cotidiano, feminicídio, assédio e violência nas redes, e as demais formas de violência), e os transfeminismos (desestigmatização do trabalho sexual, despatologização dos corpos trans, ampliação do sujeito político do feminismo, interseccionalidade, colonialidade, violência sistêmica, extrativismo, bem viver, etc.), que se circunscrevem ao contexto específico de nossas realidades contemporâneas.

O chamamento que se faz a partir dos transfeminismos é o de realizar uma autocrítica que não deixará de fora, como sujeitos do feminismo, aqueles “que estão fora do círculo da definição social da mulher aceitável; esxs entre nós que são pobres, que são lésbicas, que são negrxs, que são mais velhxs” (LORDE, 1988, p.91), que são de comunidades originárias, que são trans, que não integram o cânone estético ocidental, que tem diversidade funcional, que são refugidadxs, migrantxs, não-documentadxs, precarizadxs, que falam em outras línguas, e que justamente por suas interseções subjetivas e dessubjetivas, participam das consequências físicas, psicológicas e midiáticas trazidas pela crescente globalização da violência explícita, sangrenta, mórbida, ou seja, da violência *gore* que tem efeitos reais sobre os corpos, geralmente feminilizados.

⁵ No original, a autora cria o neologismo “*ensurecidos*”, referindo-se à contextos em que há uma contaminação do norte global pelo sul. Aqui, optamos por traduzir para “*ensulção*” (NT).

O transfeminismo, mais do que um mero gesto dissidente ou adoção de certa estética vinculada com as performances de gênero, apela para a construção de uma frente social e política comum que dê conta de todas as violências que instauram e naturalizam artificialmente uma “estratégia narrativa deliberadamente fragmentada” (VILLAPLANA; SICHEL, 2005, p.269), que pertence a todos os campos discursivos e que pode ser identificada, com especial atenção, na forma que as mídias têm de apresentar a violência machista. O transfeminismo como frente política posiciona-se “na defesa das práticas e das vivências anti-normativas e anti-assimilacionistas” (FLORES, 2017, p.37).

Portanto, como transfeminista, proponho que as categorias para evidenciar nossas diferentes intersecções, e suas relações com a violência, sejam válidas e idênticas em todos os contextos e para todos os feminismos. Entendo que a violência, como ferramenta de enriquecimento, pode ser identificada de forma crescente em diferentes espaços geopoliticamente distantes e que suas consequências recaem reiteradamente sobre os corpos e sujeitos feminilizados. Identificar isso pode indicar as rotas das cartografias políticas do necro-liberalismo, visto que elas se entrelaçam com a criação de uma subjetividade e uma agência determinadas pelas forças de controle de produção do capitalismo.

A partir dos transfeminismos evocamos também a problematização do sujeito político dos feminismos, pois não é nosso desejo reduzir os sujeitos de nossas lutas. Pelo contrário, as mulheres como sujeito político dos feminismos ultrapassam o essencialismo biológico apregoado pelo feminismo transexcludente. As mulheres como sujeito político dos feminismos são peças-chave para entender criticamente que a diferença e naturalização artificial da desigualdade que apela para o corpo sexuado binariamente forma parte de um projeto de exploração que se inicia com o arrebatamento da propriedade comum das populações europeias do campo, o feminicídio intensivo conhecido como “caça às bruxas”, a colonização da América no século XV (e sua colonialidade de gênero atrelada à colonialidade do poder, do ser e do saber) para cristalizar-se entre os séculos XVII e XIX através de um processo necropolítico que se disfarça de biopolítica para governar os corpos livres tanto na América quanto na Europa, Ásia, e África, e inventar ficções conflitantes de políticas de gênero, raça e sexualidade que evitam possíveis alianças entre todos os grupos vulneráveis.

Faço essa breve recapitulação histórica para recordar que todas nós mulheres, junto de todxs aquelxs sujeitxs entendidxs como subalternxs ou dissidentes das categorias hetero-patriarcais e cis-sexuais, temos convivido com a violência explícita

ao longo da história⁶. A violência em suas formas mais variadas (física, simbólica, econômica, psicológica, midiática) foi utilizada contra nós como um tipo de pedagogia da subalternização aplicada aos corpos racializados, pobres, feminilizados ou não binários. Essas violências acumuladas se tornaram parte do nosso cotidiano, da nossa educação, e tiveram diferentes objetivos dependendo do contexto histórico, geopolítico e econômico no qual se realizam.

A violência como um elemento medular na construção do discurso (VILLAPLANA; SICHEL, 2005, p.270) pressupõe que as condições de vulnerabilidade e destrutibilidade são inerentes ao *destino manifesto*⁷ das mulheres, algo como um privilégio inverso, um estigma que nos introduz na roleta russa das pestes bárbaras. Por esse motivo, somos nós quem buscamos dar uma resposta ao feroz abuso exercido pelo capitalismo *gore* (VALENCIA, 2010) contemporâneo que se permeia à ampla gama de corpos que não se reduzem às rígidas hierarquias do feminino e do masculino.

A radicalidade da violência nos coloca no limite, na transmutação de uma época que exige que revisemos nossos conceitos clássicos, que nos sacudamos e, com isso, atualizemos as teorias, pois, trazendo o exemplo de Barbara Cameron para meu caso, “não estou interessada em fazer parte de uma sociedade que usa a análise, a pesquisa e a experimentação para concretizar sua visão dos destinos cruéis. Uma sociedade arrogante que cria laços com a opressão e a destruição” (CAMERON, 1988, p.38). E, sobretudo, não estou interessada em reproduzir a violência e a exclusão de outros corpos por meio de argumentos separatistas que compõem uma argumentação rasa e simplória que apela para a biologia como forma de certificação e validação das diferenças, e que, através dessa apelação, choca-se com seu próprio limite, visto que utiliza argumentos muito conhecidos pelo patriarcado para excluir as mulheres. Os argumentos cis-sexistas não se diferenciam dos argumentos racistas, pois, em ambos os casos, parte-se da essencialização e legitimação de certos corpos, brancos em primeiro lugar e cis-gênero em segundo, para fortalecer e justificar a supremacia de um sujeito sobre outros.

A disputa pela representação que hasteia uma identidade acima das outras acaba sendo pouco realista, pois, o acirramento produzido pelo capitalismo *gore* não deixa mais saída que a criação de novos sujeitos políticos para o feminismo, ou seja, “um

⁶ Exemplos dessa violência reacionária são a “caça às bruxas” na Europa e a construção colonial das mulheres como gênero minoritário e corpo comum e subalternizado à serviço de seus amos: os homens de suas famílias e os colonizadores.

⁷ Aqui faço um paralelismo entre a política expansionista dos Estados Unidos, vinculada à conquista do território pela vontade divina-patriarcal e a ocupação/opressão/destruição do corpo das mulheres e de suas ações, como um território conquistado pertencente ao patriarcado.

ser mulher entendido como uma ruptura com o modo de funcionamento da sociedade atual” (FÉLIX; ROLNIK, 2006, p.100), que consiga tecer alianças com outros modos minoritários de *ser* e que proponha respostas para “um modo falocêntrico de construção da subjetividade – modo de produção que tem na acumulação do capital seu ponto de partida de organização” (FÉLIX; ROLNIK, 2006, p.100), e no qual se ancoram o capitalismo sangrento e a masculinidade como pedras angulares da racionalidade política, sexual, racial e econômica do ocidente, enraizado em sua geopolítica e expandido, através da confluência patriarcal (PAREDES, 2013), nos territórios ex-coloniais.

Mais especificadamente, o movimento transfeminista busca evidenciar que a masculinidade (como ficção política viva) é um dispositivo de implementação e conservação de um projeto de modernidade/colonialidade e nação que está atrelado ao surgimento e atualização da economia capitalista. Dessa maneira, a masculinidade como ficção política (e não como corpo singular e possuidor de gênero) é um fenômeno social aparentado com o trabalho remunerado, com a violência e com a opressão como formas de dar continuidade aos projetos de hegemonia social e econômica, unindo o regime necropolítico com o biopolítico através de um modelo de democracia iluminista e de “nação heterossexual” (CURIEL, 2013). Por esses motivos, pensar-se como feminista e professar um posicionamento trans-exclusionista é fazer pactos com o Estado necropatriarcal, alcoviteiro e feminicida que reapropria nossas lutas por meio do separatismo e da destruição do bem comum.

Por outro lado, em um contexto de necropolítica intensiva contra os corpos feminilizados, a demanda de proteção para as mulheres (bio-mulheres) realizada pelo lobby político do feminismo institucional frente ao Estado, resulta em uma contradição, posto que, a morte das mulheres, cis-, trans- e dxs não binárixs lucra a favor dos capitais de controle que o mesmo estado administra. Demandar proteção e dialogar com o soberano sem questionar a masculinidade como projeto necropolítico que sustenta a pilhagem generalizada na qual o Estado contemporâneo tem suas bases, não é feminismo, mas sim sua tradução neoliberal às políticas de gênero que representam os interesses majoritariamente de mulheres cisgênero, heterossexuais, brancas, de classe média ou alta, estudadas, que reproduzem e desejam limitar-se à racionalidade sexual do ocidente.

O FEMINISMO NÃO É UM GENDERISMO

Partindo dos transfeminismos, nos perguntamos se o genderismo essencialista, que fala somente para e por mulheres que não querem tornar-se “agressivas” e assumem que podem ser “incômodas” para os homens (aliando-se às relações de poder e pedindo

que os “castigos” para as mulheres heterossexuais, brancas e de classe média do primeiro mundo, ou das classes abastadas do terceiro, não sejam tão intensos), não é somente uma forma de regular nossas energias e nos manter ocupadxs em um diálogo que, ao invés de ampliar o espectro político dos feminismos, o diminui e recorta de maneira obtusa.

Essa motivação genderista de uma parte do movimento feminista é o resultado do sequestro da linguagem crítica e a tentativa de institucionalizar a linguagem de protesto. O genderismo é um movimento reformista que se esforça em “diminuir a ignorância masculina, e educar os homens sobre nossa existência e as nossas necessidades. Essa é uma antiga e primordial armadilha dos opressores para manter os oprimidos sempre ocupados com o interesse do amo” (LORDE, 1988, p.92). O genderismo, como movimento neoliberal, se interessa em evidenciar as consequências da violência patriarcal, mas não mostra a raiz do problema, ou seja, não prescinde da ideia de poder e reproduz a agenda pragmática e racional do ocidente, esquecendo que é precisamente essa razão instrumental a que gera o problema da dominação e da violência do cis-tema hétero-cêntrico, patriarcal e colonial.

O GENDERISMO INSTITUCIONAL E A OFICIALIZAÇÃO DA LINGUAGEM DE PROTESTO

Atualmente, nas potências mundiais, o feminismo como movimento social sofre a crítica de ser considerado obsoleto e a-histórico, inclusive por parte dos movimentos sociais mais progressistas, enquanto se defende a criação de grupos de dissidência e resistência contra o sistema. Esse é o resultado da fragmentação política da linguagem dos feminismos, que também é resultado da exploração intensiva à qual foram submetidos os mais diversos tipos de feminismos. Dessa maneira, cria-se a contradição de que a sociedade promove igualdade de acesso à justiça social, mas elimina de seus vocabulários a palavra feminismo, pois, justamente por meio da reinvidicação interseccional das opressões é que os feminismos conseguiram articular uma linguagem situada para o protesto e complexizaram o léxico da insubordinação juntamente com os movimentos antirracistas, proletários, antiespecistas e a favor da diversidade funcional.

É de uma hipocrisia absoluta o genderismo procurar eliminar o feminismo de seus mapas conceituais; é também muito ilustrativo do estado atual das coisas na qual a sociedade e certos grupos críticos “denunciam com virulência as injustiças sociais e raciais, mas se mostram compreensivos e indulgentes quando se trata da dominação machista” (DESPENTES, 2007, p.24). Ou seja, essa constante negação em nomear-se feminista, choca-se com os usos sociais das gramáticas feministas e da dissidência sexual

que inundam muitos dos discursos da cultura pop contemporânea, e que ocultam as raízes feministas e de protesto das quais surgiram muitas práticas culturais que se articularam no interior da imaginação política dos feminismos. Como diz Virginie Despentes (2007, p.24) “são muitos os que pretendem explicar que a luta feminista é secundária, como se fosse um passatempo de ricos sem pertinência nem urgência. É preciso ser idiota, ou asquerosamente desonesto, para pensar que uma forma de opressão é insuportável e que a outra está cheia de poesia”.

O transfeminismo é importante neste mundo de destruição do comum e da sustentabilidade da vida – e, nesse caso, as diferenças entre primeiro e terceiro mundo são mínimas – em que as mulheres integrantes de ambos mundos “ganham efetivamente menos que os homens, ocupam cargos subalternos, [e] aceitam com normalidade o fato de que as desprezem quando desenvolvem algo” (DESPENTES, 2007, p.17). E onde “o capitalismo é uma religião igualitária, posto que, subjuga a todos e faz com que todos nos sintamos presos, assim como estão todas as mulheres” (DESPENTES, 2007, p.26). O sistema capitalista é a mostra da falência do sistema de trabalho, da radicalização obscena do liberalismo, do funcionamento *gore* do sistema econômico, e também é a forma visível que ainda persiste e é amplamente aceita na qual se articulam a opressão machista, a exploração, a morte e a violência contra os que foram historicamente considerados minorias.

Agora, o discurso e a prática transfeminista relacionam-se com a dissidência sexual e o *queer*, mas não se reduzem apenas a um discurso estético e protético, mas entre seus objetivos está configurar-se como um projeto ético e político que se vincula de maneira interseccional com a interdependência que a sustentabilidade da vida possibilita. Utilizo o termo *sustentabilidade da vida* partindo da economia feminista. Esse conceito se refere a trazer ao centro da discussão os trabalhos que sustentam a vida: os trabalhos de reprodução, os cuidados, o trabalho doméstico, o trabalho sexual, que são fundamentais para o desenvolvimento das relações sociais e econômicas, já que, são o suporte para que a estrutura capitalista possa gerar mais-valia, mesmo que o sistema econômico que impera invisibilize-os.

Na economia feminista, a sustentabilidade da vida conecta-se, segundo reflexões de Amaia Pérez Orozco (2017), com a crítica de três elementos fundamentais para o sistema:

1. Deslocar dos mercados o papel de eixo analítico e de intervenção política, ou seja, que o centro das atenções deixe de ser os fluxos monetários e a criação de um valor de troca e passem a ser os processos de sustentabilidade da vida;

2. Situar o gênero como uma peça-chave que atravessa o sistema socioeconômico, ou seja, que não é apenas um elemento adicional, mas que as relações de gênero

e desigualdade são um eixo estrutural do sistema, o capitalismo é um capitalismo hétero-patriarcal;

3. O terceiro elemento é não acreditar na objetividade como um valor de neutralidade: acreditar que todo conhecimento do mundo se relaciona com determinada posição política, explicitar seu posicionamento e criar conhecimento com um claro objetivo de transformação do sistema.

Dessa forma, a análise feminista da economia que coloca esses três elementos no centro da discussão busca articular um espaço de agenciamento no qual os sujeitos-agentes não sejam somente as mulheres, mas que o esforço para sustentar a vida some distintas trajetórias, corporeidades e sexualidades ao projeto comum de construir uma vida vivível, fora dos paradigmas da economia e política tradicionais.

O movimento transfeminista recupera esse objetivo comum de sustentabilidade da vida para tornar as relações entre os gêneros mais complexas e desessencializar o sujeito do feminismo, para que esse não contemple somente as mulheres cis, brancas e heterossexuais.

Cabe pontuar que os movimentos transfeministas são integrados por *multidões contraditórias* (VIRNO, 2003), que direcionam suas forças para objetivos comuns que não são, nem serão equivalentes em todos os casos e que variam e se reconfiguram em relação às suas geopolíticas, mas que sempre terão em comum a marca de não concordar, não incorporar e não reproduzir as promessas do Estado-nação moderno, ou seja, fazer de nossa exclusão uma prática política de dissidências. Assim como outros movimentos sociais, o transfeminismo é um movimento dissidente; porém, se funda na convicção de articular diálogos com outros movimentos de transformação social mais do que restringir-se ou dialogar com o Estado.

Um dos objetivos do transfeminismo - ou dos transfeminismos - é mostrar transversalmente a necessidade de articular críticas profundas às noções de identidade e à produção sistemática e “naturalizada” de diferentes discriminações sobre os corpos por conta de aspectos como gênero, etnia, classe, preferência sexual ou diversidade funcional, a fim de que as diferentes lutas de dissidência possam desconstruir de forma integral as ficções políticas da modernidade e o Estado-nação, baseadas na segmentação racista, sexista, etarista, classista, homofóbica e capacitista.

O principal objetivo do transfeminismo é promover a dissidência desde a raiz e construir uma nova subjetividade coletiva que faça frente à subjetividade capitalista contemporânea, pois, como aponta Rossana Reguillo (2013): “A dissidência exige necessariamente uma forma de dessubjetivação, um desprendimento de si mesmo, para construir uma nova subjetividade. Resistência, sedução, imaginação, surgimento do outro

para configurar um espaço diferente-separado no qual outra subjetividade seja possível”. Assim, partindo dos transfeminismos, já não queremos ser cidadxs-consumidorxs, mas transitar por outros circuitos, nos quais as agendas dos distintos feminismos como projetos políticos e modos de *ser* minoritários façam com que possamos tornar comuns práticas de dissidência, sobrevivência, cuidado e interdependência.

DESPATRIARCAR, DECOLONIZAR, DESNEOLIBERALIZAR PARA CONSTRUIR NOSSAS VIDAS EM CONJUNTO

O patriarcado capitalista hétero e *gore* oferece poucas oportunidades de viver, de ser consideradx cidadx políticx, e quando o faz é em forma de benefício para aquelxs que estejam de acordo com as epistemologias visuais binárias, ou seja, que representem o lado dominante das diferenças sexuais, raciais e de gênero. Consequentemente, na perspectiva transfeminista, a resposta a essa precarização vivida pelas multidões contraditórias é um convite para apostar conjuntamente na criação de algo comum baseado na desobediência de gênero e de consumo, e na reconstrução de solidariedades entre classes-etnias-raças-gêneros-(dis)capacidades. Uma desobediência das multidões que cria uma comunidade *g-local*, na qual existam alianças estratégicas.

No contexto mexicano, os movimentos transfeministas têm a responsabilidade política de desnecropolitizar nosso contexto diário, para o que se faz necessário realizar uma crítica radical das estruturas da violência, da misoginia e da homofobia como categorias fundadoras da masculinidade e da feminilidade machista em nosso país. Para desnecropolitizar é necessário fazer um trabalho coletivo de despatriarcalização e decolonização, e também um trabalho intensivo de desneoliberalização⁸ no qual compartilhemos outras práticas e perspectivas que já são desenvolvidas em diferentes lugares do planeta, as que apostam pela sustentabilidade da vida sem professar discursos regressivos e sectários, que centram suas lutas em identidades segmentadas ou na essencialização biológica ou geopolítica de certos indivíduos acima de outros.

Dessa maneira, os transfeminismos são parte de uma maré de movimentos políticos e sociais que nos comunicam que os feminismos excedem tanto à esquerda tradicional quanto às vozes de mulheres que se dedicam à gestão e administração institucional do gênero. O transfeminismo não busca um diálogo com o dominante, nem a participação nos aparelhos de verificação da verdade baseados no binarismo feminino-masculino, hétero/homossexual, branco/não branco, mas sim a articulação em redes de corpos

⁸ Nesse sentido nos inspiramos no que foi proposto pelas ativistas-teóricas dos povos originários bolivianos: María Galindo, Julieta Paredes, Silvia Rivera Cusicanqui.

insurgentes e a-cidadxs que já não reproduzem de forma submissa o projeto neoliberal e hétero-patriarcal disfarçado de projeto nacional, e que em troca constituem um nós que seja cidadx, ou seja, uma aliança possível para a cidadania-queer⁹.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.11, p. 11-42, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>>.

CURIEL, O. **La nación heterosexual**. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Editorial Brecha Lésbica/ En la Frontera, 2013.

CAMERON, B. Para los que no son bastardos de los peregrinos. In: CHERRIE, M; CASTILLO, A. (Ed.). **Esta puente, mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. San Francisco: Ism Press, 1988. p. 35-42.

CASTILLO, A. **Disensos feministas**. Santiago de Chile: Editorial Palinodia, 2016.

DESPENTES, V. **Teoría King Kong**. Barcelona: Melusina Editores, 2007.

EINSEINSTEIN, Z. La administración Bush utiliza mujeres para hacer la guerra. **Feministas Tramando**. Entrevista. Disponível em: <<https://feministatramando.wordpress.com/2012/10/24/entrevista-conzillah-eisenstein-la-administraci-n/>>.

FLORES, V. **Tropismos de la disidencia**. Santiago de Chile: Editorial Palinodia, Colección Archivo Feminista, 2017.

FÉLIX, G; ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografías del deseo**. Madrid: Traficantes de Sueños Editores, 2006.

LENORE, V. Del pornoburka al purplewashing, los trucos más sucios contra el feminismo. [Entrevista cedida a Brigitte Vasallo]. **El Confidencial**, 3 de abril 2016. Disponível em: <https://www.elconfidencial.com/cultura/2016-04-03/del-pornoburka-al-purplewashing-los-trucos-massucios-contra-el-feminismo_1170764>.

⁹ No original, a autora propõe um entrelaçamento de significados entre as palavras *cuir* (variante fonética espanholizada e com inflexão decolonial dos movimentos queer) e cidadania (entendida a partir da economia feminista como uma política de cuidados e de sustentabilidade da vida). Entretanto, optamos por manter a forma “queer” por conta de seu significado no contexto do Português Brasileiro (NT).

LORDE, A. Las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo. In: CHERRIE, M; CASTILLO, A. (Ed.). **Esta puente, mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. San Francisco: Ism Press, 1988.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, 2008, p.75-101.

MUEDANO, M. Imparable, el crimen contra las mujeres; cifras del Inegi. **Excélsior**, 22, out, 2017. Disponível em: <<http://www.excelsior.com.mx/nacional/2017/10/22/1196308>>

PAREDES, J. **Hilando fino desde el Feminismo Comunitario**. Ciudad de México: Cooperativa El Rebozo, Zapateándole, Lente Flotante, En cortito que's pa'largo y AliFem AC, 2013.

OROZCO, A. P. ¿Qué es la economía feminista? **Mujericolas. Personas que Habitan un Cuerpo de Mujer**. Disponível em: <<http://mujericolas.blogspot.com/2015/10/que-es-laeconomia-feminista.html>>.

PROYECTO TRANSRESPECTO VERSUS TRANSFOBIA EN EL MUNDO. **Día de la memoria trans 2017**. Disponível em: <<http://transrespect.org/es/tmm-update-transdayremembrance-2017/>>.

REGUILLO, R. Disidencia: frente al desorden de las cajas abiertas – “México, breve y precario mapa de lo imposible”. **E-misférica**. 2013. Disponível em: <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es/emisferica-102/reguillo>>.

VALENCIA, S. **Capitalismo Gore**. Barcelona: Melusina Editores, 2010.

VALENCIA, S; SEPÚLVEDA, K. Del fascinante fascismo a la fascinante violencia. Psico/bio/necro/política y mercado gore. **Mitologías hoy**, v.14, p.75-91, 2016. Disponível em: <<https://revistes.uab.cat/mitologies/article/view/v14-valencia-sepulveda>>.

VILLAPLANA, V; SICHEL, B. **Cárcel de amor**. Relatos culturales en torno a la violencia de género. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2005.

VIRNO, P. **Gramática de la multitud**. Madrid: Traficantes de Sueños Editores, 2003.

Recebido em: 12 set. 2021

Aceito em: 24 jan. 2022